

O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX

*Sérgio C. Fonseca**

*Cintia R. Czysz de Castro**

A partir de uma leitura abrangente dos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, pode-se entender que a menoridade existe desde o século XIX e que surgiu em razão de relações sociais excludentes. Além de ser resultado da pobreza, a menoridade foi instituída como uma infância diferente e, por isso, tornou-se objeto da atuação da polícia e do judiciário, das instituições (de assistenciais a correcionais) atuantes de acordo com práticas de vigilância e controle, reiteradas pela legislação no início do século XX. Em geral, a existência de meninos e meninas é considerada um fenômeno urbano e comumente apontada pelos estudos como fato presente no cotidiano das grandes cidades brasileiras da passagem de século do XIX para o XX. Por conta dessa constatação, a especificidade do presente texto resulta do propósito de demonstrar que há também uma menoridade no interior e, para tanto, tomando como caso de estudo a cidade de Ribeirão Preto. A fim de sustentar essa proposta foram tomadas como fontes a produção de dois jornais locais, *Diário da Manhã* e *A Cidade*, em particular suas notas sobre fatos e notícias cujo conteúdo e enredo

Ribeirão Preto no início do século XX: entre rural e urbana

O fato de existirem crianças e adolescentes reconhecidos como menores é antigo, uma vez que, desde o século XIX, ainda no Império, este era um fenômeno social já conhecido. A literatura, a crônica social, os juristas e a legislação se ocuparam, desde essa época, da questão dos menores, das crianças pobres ou daquelas abandonadas. Embora ficcional, a conhecida obra de Manuel Antônio de

* USP-FFCLRP. sergionfonseca@usp.br.

** USP-FFCLRP. cintia_pedago@hotmail.com

dizem respeito a meninos e meninas e a situações nas quais são ou estou envolvidos. Em termos de recorte cronológico, o presente texto se concentra sobre a produção dos periódicos citado e sobre o tema da menoridade entre 1905 e 1920, conforme o conjunto de artigos que foram levantados durante a pesquisa.

Palavras-chave: Menoridade; jornal; Ribeirão Preto; menores.

From a reading of the comprehensive historical and social studies of childhood in Brazil, one can understand that the minority has existed since the nineteenth century and which arose as a result of social exclusion. Besides being a result of poverty, the minority was established as a different childhood and therefore became the object of the police and judiciary, institutions (of correctional care) acting in accordance with practices of surveillance and control, reiterated by legislation in the early twentieth century. In general, the existence of boys and girls is con-

sidered an urban phenomenon and commonly indicated by studies as an existing in daily life in large Brazilian cities in the turning of nineteenth to the twentieth century. Because of this finding, the specificity of this text is the purpose of demonstrating that there is also a minority in the countryside and, therefore, taking as case study the city of Ribeirão Preto. In order to sustain this proposal, the production of two local newspapers were taken as sources, the *Diário da Manha* and *A Cidade*, in particular their notes on facts and news whose content and storyline are related to boys and girls and the situations in which they are or are involved. In terms of chronological cut, this text focuses on the production of journals and quoted on the subject of minors between 1905 and 1920, as the number of articles that were raised during the search.

Keywords: minority; newspaper; Ribeirão Preto; minors.

Almeida, no muito de crônica que a narrativa possui, há uma passagem na qual os companheiros do jovem Leonardo são descritos:

Os dois meninos com quem o pequeno fugitivo travara amizade pertenciam a uma família dessa gente que morava no largo do Rossio, lugar que tinha por isso até algum tempo o nome de campo dos Ciganos. Tinham esses meninos, como dissemos, pouco mais ou menos a mesma idade que ele; porém acostumados à vida vagabunda, conheciam toda a cidade, e a percorriam sós, sem que isso causasse cuidado a seus pais.¹

A galeria de literatos, juristas, cronistas sociais e médicos, cujos textos contêm passagens sobre meninos e meninas nas ruas de cidades brasileiras do século XIX imperial, não é pequena. Para efeitos de síntese, vale citar o próprio Manuel Antonio de Almeida entre os literatos, incluindo também o jurista sergipano, Tobias Barreto, autor de *Menores, loucos e o direito de punir*, de 1884, como representante do campo jurídico. Em São Paulo, enquanto expoente da comunidade jurídica, João Mendes Júnior tratara incidentalmente desse assunto

¹ ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 25^a. ed., São Paulo: Ática, 1996, p. 18.

nessa mesma época. Já no final do XIX, em tempos republicanos, a produção literária, jornalística médica e jurídica é volumosa, valendo para tanto indicar Paulo Egídio e Cândido Mota (pai) em São Paulo, entre os juristas reconhecidos como ligados à questão dos menores; por sua vez, Moncorvo Filho, entre tantas questões com as quais se ocupou acerca da infância, alertava para o problema dos menores abandonados pelas ruas; quanto à literatura, obras como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, inscreveram os menores no quadro dos problemas sociais urbanos brasileiros.

E os tempos republicanos são determinantes para a formação de um campo específico de reconhecimento da menoridade que abrange da questão social, envolvendo a produção jurídica e legal e a construção de recursos discursivos capazes de conferir certos lugares e identificações à infância pobre. Nesse movimento de produção da menoridade, é possível reconhecer três tendências reiteradas no período entre 1890 a 1930 (representadas neste texto por determinadas referências selecionadas como expoentes): pesquisas dos anos 1990, a exemplo de Rizzini², de Alvarez³ e de Vianna⁴, demonstraram ser a passagem de século do XIX para o XX a época da produção de ideias sobre abandono material e moral, o que pude reiterar em estudo próprio⁵; a segunda corresponde ao entendimento de que a filantropia pública compensou em parte a evasão estatal das questões sociais, como sustenta Marcílio⁶; a terceira indica que a presença na vida cotidiana das cidades de meninos e meninas pobres, menores e abandonados pelas ruas, tornou-se fato comum desde fins do século XIX, conforme demonstraram

² RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

³ ALVAREZ, Marcos Cezar. *Bacharéis, criminologistas e juristas. Saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889 – 1930)*. São Paulo, 1996, 305 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH/USP, 1996.

⁴ VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se advinha. Polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁵ FONSECA, Sérgio César da. *Infância e disciplina. O Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

⁶ MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Fausto⁷ e Frontana⁸, em estudos sobre a cidade de São Paulo, e Vianna⁹, sobre tema semelhante no Rio de Janeiro.

No caso de Ribeirão Preto, é possível associar a aparição de crianças e adolescentes nas ruas, ou mesmo a delinquência infanto-juvenil, em primeiro lugar à pobreza. Na urbe interiorana, atuaram como elementos de pressão sobre os pobres as dificuldades de sobrevivência devido ao custo de vida, ao aviltamento da remuneração, ao não aproveitamento da mão de obra disponível nas ocupações remuneradas, com a dificuldade adicional de haver poucas instituições para apelar por ajuda, uma vez que eram insuficientes as raras formas de assistência social (quer públicas ou privadas). Enfim, trata-se de fatores que, conjugados, incidiram sobre os pobres e, por conta disso, determinaram o desprendimento de certo contingente de crianças e jovens do campo de influência da família, porque pauperizada e, por extensão, limitada no seu papel de mediar ativamente o progressivo ingresso dos filhos na vida social e, bastante importante, sem meios suficientes para amparar e suprir suas necessidades.

Esse conjunto de problemas, malgrado as semelhanças com outras cidades brasileiras de início do século XX, apresenta como característica autóctone o fato de acontecer em uma cidade emergente no meio rural, onde se territorializou a grande cafeicultura paulista e brasileira de então. A desproporção da distribuição da população entre o núcleo urbano e a zona rural assinala a peculiaridade de Ribeirão Preto em relação a centros maiores. Uma contagem encomendada pela Câmara Municipal em 1912 (a primeira aconteceu em 1902) revela que, dos 58.220 habitantes no município, 18.732 viviam na cidade e 39.488 na zona rural. Tal é essa diferença porque o grosso das atividades da grande agricultura, daquela dirigida ao mercado exterior cujo produto máximo é o café, concentrava processos e força humana produtiva nas fazendas, onde estavam as colônias, que representam um peculiar núcleo de habitação fora, se não distante, da área urbana.

⁷ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2^a. ed., São Paulo: Ed. da USP, 2001.

⁸ FRONTANA, Isabel Cunha Ribeiro. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

⁹ VIANNA, Sdriana de Resende Barreto. *Op. cit.*

Em percentuais, esses 58.220 habitantes recenseados em Ribeirão Preto incluem-se nos 17,7% com os quais a Mogiana pesava na densidade populacional do estado até 1920¹⁰. Os números de 1902 a 1912, portanto, indicam que Ribeirão Preto cresceu e seu núcleo urbano encorpou em termos populacionais, ainda que a maior parte da população estivesse distribuída pelas propriedades rurais. Contribui também para essa distribuição o fato de existirem pequenos aglomerados populacionais, alguns deles eram distritos de Ribeirão Preto, em geral contíguos a estações de apoio da ferrovia ou a seus ramais. Várias dessas estações de apoio resultaram em cidades, a exemplo daquelas listadas por Bacellar¹¹, que “estão na origem de centros urbanos, tais como Cravinhos, Orlândia, Brodózqui, São Joaquim da Barra, Pedregulho, Guará, Pontal, Sales Oliveira, Cristais Paulista e Aramina”.

De forma semelhante, entre rural e urbanizada, por ser um ponto importante do transporte ferroviário para onde afluíam pessoas e mercadorias, Ribeirão Preto agitava-se em torno da estação de trens e das adjacências por onde circulavam de passageiros a migrantes, sem esquecer que esse foi o ponto de desembarque das seguidas levas de imigrantes.

Ribeirão Preto, portanto, apresentava como característica sua população distribuída entre a cidade e as áreas rurais contíguas, dotadas de população numericamente majoritária estabelecida em colônias¹², bairros rurais e pequenas propriedades:

¹⁰ MEMÓRIA URBANA. *A grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imp. Oficial, 2001, v. 2. A Mogiana está no noroeste do estado de São Paulo e, historicamente, é uma região que foi delineada como sendo a área de entorno dos rios Mogi-Gaçu e Pardo. Embora seu povoamento e ocupação datem do século XVIII, sem dúvida a Mogiana é reconhecida pela cafeicultura e pela ferrovia que fizeram dela, desde o final do século XIX e até a crise econômica de 1929, pelo menos, umas das áreas mais ricas do Brasil no que concerne à produção e exportação do café. Em termos populacionais, já em 1886, segundo Milliet, citado por Bacellar, a Mogiana representava 15,80% da população da província e respondia, então, por 21,81% da produção cafeeira . BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

¹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. cit.*, p. 123.

¹² No caso das colônias, trata-se das típicas formas de moradia e concentração de trabalhadores das fazendas de café que, algumas delas, chegaram a concentrar considerável contingente humano nessa forma de moradia das áreas rurais.

População total do município: - 52.910.

População da cidade e seus subúrbios: 13.236 habitantes.

Número de casas existentes na cidade e subúrbios: - 2.522 habitadas, 17 em construção, 11 em estado de ruína , e 57 desabitadas entre a rua Floriano Peixoto e a Avenida Jerônimo Gonçalves.

(...)

Estabelecimentos agrícolas: 265, dos quais 256 de café e 9 de cana, (1 de fabricação de açúcar e 8 de fabricação de aguardente).

(...) demais indústrias existentes no município:

Número de estabelecimentos: - 163; pessoal neles empregado, - 642 indivíduos, sendo 531 estrangeiros e 111 nacionais.¹³

O assentamento de parte da população no núcleo urbano, em combinação com o implemento das atividades produtivas e comerciais e, ainda, encorpado pelo afluxo de pessoas, indica que o adensamento populacional da cidade está em processo. E este é um fato significativo, pois, trata-se de uma cidade posicionada em uma região rural, cuja parte maior de seus habitantes está distribuída pelas áreas rurais, como fez notar o já citado relatório da administração municipal para o ano de 1902¹⁴. Ao aumentar demograficamente por receber sucessivos contingentes de imigrantes e também devido ao afluxo quase permanente de nacionais, aumentaram os problemas relativos ao abastecimento, moradia, emprego, serviços de saúde e assistência, custo de vida, enfim, uma série de demandas próprias da urbanidade.

A menoridade no início do século XX era já um fato tipicamente urbano no Brasil, de sorte que a presença de crianças e adolescentes nas ruas ribeirão-pretananas – com a resultante caracterização de “menor” aplicada sobre os pobres, os abandonados e os infratores – tem como cenário essa peculiar forma de cidade. Nesse sentido, a crônica social e policial dos jornais locais evidencia a presença de meninos e meninas nas ruas, a existência da delinquência infanto-juvenil, bem como os modos pelos quais as leis, a polícia e o judiciário local atuaram sobre variados delitos e crimes nos quais menores de idade foram caracterizados como vítimas ou autores.

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatório apresentado pelo prefeito municipal dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903, p. 17.

¹⁴ *Idem*.

A criminalidade e os criminosos: Lombroso publicado em Ribeirão Preto

Em 1905, Lombroso alertava sobre a infância abandonada em artigo publicado no Brasil:

Ora bem, o mesmo resultado que alcança um pae de família adestrando (este é o verdadeiro termo) para a honra, o amor ao trabalho, um filho que tinha máos instictos e que era preguiçoso, pôde alcançal-o a sociedade com os “criminaloides”, com os candidatos ao crime, por assim dizer, que mais tarde serão impellidos ao crime pela ocasião, pela falta de educação, pela miséria, pelo alcoolismo, etc.; esta therapeutica, porém, só pode ser eficaz com uma condição, a de cuidar do individuo desde a tenra idade para que as tendencias ao mal não estejam já tão enraizadas na sua alma e no seu espírito que seja impossível extirpal-os.¹⁵

Apesar de sua declinante repercussão nos círculos jurídicos e médicos na Europa, Cesare Lombroso estava em voga entre juristas e médicos brasileiros no iniciante século XX. Suas ideias, seus escritos e sua classificação dos criminosos encorpavam o conteúdo dos textos, dos projetos e dos debates nos quais advogados, juristas e médicos assumiam posições expoentes a respeito da criminalidade, das suas causas e dos meios eficazes para a sua contenção. Diversas teses nos cursos jurídicos, vários artigos nas revistas da área e destacadáveis projetos para institutos correcionais¹⁶ e ações do poder público aparecem impregnados pela figura do criminoso nato, do criminaloide e da infância abandonada como fermento propício ao adulto corrompido e dificilmente corrígivel, ou, nas formas extremas, incorrigível. As revistas jurídicas e médicas, os trabalhos apresentados

¹⁵ LOMBROSO, Cesare. A infância abandonada. *A Cidade*. N. 50. Ribeirão Preto, 28 fev 1905, p. 1.

¹⁶ Basta lembrar os projetos apresentados por Paulo Egídio e, depois, por Cândido Mota, os dois no século XIX. Ambos, primeiro Paulo Egídio, mais adiante Mota, propunham um instituto nos moldes de uma escola correcional para menores. De início, Paulo Egídio, quando senador no estado de São Paulo, surgiu com a proposta que àquele momento não logrou êxito. Já em 1900, Cândido Mota apresentou no Congresso Legislativo do estado o projeto do “Instituto Educativo Paulista”, cuja finalidade precípua era a de atender ao que estipulava o Código Penal da República que previa o recolhimento de menores das ruas para institutos industriais. Em outras palavras, tratava-se do típico reformatório, cujo modelo institucional estava bastante em voga, e que tinha no trabalho seu meio aplicado para regenerar menores tidos por delinquentes ou vadíos. Entretemente o percurso do projeto apresentado por Mota ao legislativo estadual, em 1902, é criado em lei e em 1903 entrou em atividade o Instituto Disciplinar do Tatuapé, o primeiro reformatório de São Paulo.

nas faculdades de direito do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como diversos livros veicularam as ideias lombrosianas no Brasil da Primeira República.

Entretanto, e curiosamente, esse artigo de Lombroso aparece publicado em um jornal de cidade interiorana, ainda que se trate da principal da zona cafeeira mais rica e produtiva do interior paulista no começo do século XX. Diferente de outros do criminalista italiano, esse texto não veio a lume nas publicações das comunidades jurídica e médica das capitais, do Rio e de São Paulo, por exemplo, onde se concentravam os debates sobre a menoridade. O artigo, de fevereiro de 1905, apareceu no jornal *A Cidade* em um tempo em que Ribeirão Preto contava com pouco mais de 13.236 habitantes “na cidade e nos subúrbios”, como registra a contagem encomendada pela Câmara Municipal, em 1902¹⁷.

Entre as diversas hipóteses possíveis para explicar a publicação desse artigo de Lombroso no jornal ribeirão-pretano, duas são compatíveis com o que era Ribeirão Preto no começo do século XX. A imigração é uma delas, visto que o contingente de imigrantes enviado às fronteiras agrícolas do café, sobretudo para Ribeirão Preto, era majoritariamente italiano. Até 1912, ano de outra contagem da população do município, a população italiana era numericamente expressiva a ponto de fazer com que sua língua e cultura fossem fato comum na vida da cidade. Inclusive, o intento de manter uma comunidade de falantes e leitores tem como evidência o empenho de italianos em manter escolas primárias que ensinavam suas crianças na língua da sua pátria de origem, o que, por sua vez, contava com a pressão da inspetoria de instrução pública local para que o ensino fosse exclusivamente em português¹⁸.

Eis, então, uma razão para Lombroso e outros conterrâneos aparecerem nas páginas de um dos jornais locais. Havia a língua, a cultura e leitores italianos. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o noticiário dos combates nos dois jornais locais, *A Cidade* e *Diário da Manhã*¹⁹, costumava veicular matérias

¹⁷ Câmara Municipal..., *citado*, p. 68.

¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1910, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal*. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920.

¹⁹ Os jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* foram fundados nesse período. *A Cidade* começou suas atividades em 1905 e circulou regularmente até 1930, quando foi empastelado por ocasião do movimento que depôs da presidência Washington Luís e que fora liderado, entre outros, por

com destaque para a Itália, um tanto por conta do engajamento de filhos de imigrantes no exército italiano e, mais ainda, devido ao interesse dessa comunidade por notícias de seu país de origem.

Ao passo que os imigrantes faziam assentar sua cultura no lugar, sua presença também causou o expressivo aumento populacional do núcleo urbano, do entorno próximo e das regiões medianamente distantes, como as colônias das fazendas, por exemplo. Em 1902, eram 33.199, sendo 27.765 italianos²⁰. Por extensão, esse aumento, constante no correr das duas primeiras décadas do século XX, combinou-se com as migrações a ponto de elevar, em uma década (entre 1902 e 1912), a população do município a 58.220 habitantes, entre os quais 18.732 estavam no núcleo urbano. Se comparados com outras cidades do interior paulista, os números de Ribeirão Preto a colocam entre as urbes de porte médio à época.

Havia razão, ainda, para publicar Lombroso no jornal local porque os sujeitos a quem o médico italiano dirigiu sua classificação dos criminosos também eram localizáveis em Ribeirão Preto e participavam da sua vida cotidiana. O menor, o delinquente e o mendigo, para mencionar apenas estes, bem poderiam ser incluídos na categoria dos “criminaloides”, definidos como aqueles de ocasião por Lombroso, diferentes do criminoso nato. Não bastasse os candidatos ao carimbo da classificação lombrosiana, os periódicos ribeirão-pretanos usavam, por sua conta, expedientes muito parecidos aos do criminaloide, além de produzirem certa crônica adjetivada dos delitos, dos crimes, formando, assim, uma variada lista de notas policiais.

As adjetivações sobre menores em uso nos jornais de Ribeirão Preto, *A Cidade* e *Diário da Manhã*, quando comparadas ao teor de notícias da mesma espécie veiculadas nos jornais paulistanos de então, a exemplo da crônica policial compilada por Boris Fausto em *Crime e cotidiano*²¹, apresentam notável semelhança.

Getúlio Vargas. Apesar dessa interrupção, ainda em 1930, retomou a publicação e está ativo até hoje. Quanto ao *Diário da Manhã*, há informações que indicam 1896 como ano de sua fundação, embora, a pesquisa que realizamos tenha encontrado indícios de sua circulação constante e sem interrupções a partir de 1906, estando ativo até os anos 1990, pelo menos.

²⁰ Câmara Municipal... 1903, *citado*.

²¹ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*

Por comparação, não parece ser casual o fato de o jornal *A Cidade* (1905) publicar o artigo de Lombroso. A crônica da vida social, em especial aquela das pequenas violências cotidianas, dos delitos, da repressão da polícia sobre os infratores, é produzida fazendo uso de expedientes que realçavam ideias a respeito do caráter, da cor da pele ou da procedência das pessoas. Durante duas décadas, entre 1905 e 1925, os jornais circulantes em Ribeirão Preto noticiaram variados fatos protagonizados por crianças, moças e rapazes que figuram como responsáveis por roubos, furtos, agressões, raptos e violência sexual ou, no outro extremo, como vítimas.

A menoridade nas páginas dos jornais ribeirão-pretanos

As páginas d'*A Cidade* e do *Diário da Manhã* estão repletas de notas policiais, crônicas, editoriais e artigos publicados nas décadas de 1900, 1910 e 1920, e que se ocupam de noticiar ou opinar sobre variados fatos, como desaparecimento, detenção de moças e rapazes com problemas de saúde mental, defloramento, acidente com arma de fogo, abandono, maus tratos, brigas com lesão corporal resultante, furtos, roubos, atropelamentos, rapto, exploração da mendicância e infanticídio. E, elemento constante em todos esses acontecimentos noticiados, deles participam crianças, meninos, meninas, rapazes e moças como vítimas ou perpetradores.

Junto dessa crônica da menoridade, há, ainda, como característica forte do noticiário desses jornais, o diário das ações policiais, a exemplo da “caça aos vagabundos”, rotineiramente empreendida pelos delegados de polícia:

Não ha muito tempo, para atender constantes reclamações do publico, as autoridades policiaes emprehenderam uma seria campanha contra os vagabundos que infestam esta cidade.

O esforço do sub-delegado de polícia, sr. Cap. Antonio Alves Ferreira, davava-lhes caça quotidiana e todos o acompanhavam com aplausos nessa tarefa.

Tarefa delicada, porém, e de muita responsabilidade, por contender com os direitos mais sagrados dos cidadãos, que são os de contrariedades e contratempos com que teve de arcar.

Uma vez mesmo, tendo sido presos dois cidadãos classificados, que aliás não chegaram a dar entrada no edifício da cadeia, um jornal desta cidade achou

asada a occasião para desancar o sr. cap. delegado, censurando o acremente. Talvez por isso, a sua acção esmoreceu, abandonou-se a campanha contra a vagabundagem.

Urge, porém, que ella seja continuada. A nossa população não pode estar a mercê de indivíduos que constituem uma ameaça constante á tranquilidade publica, dos vagabundos que, não trabalhando, forçosamente hão de recorrer a meios ilícitos para prover a propria subsistencia.

Ainda hontem estiveram na repartição da policia os cidadãos Vicente Ripoli, Humberto Brancaleone, Estevam Gomes e Alferes João d'Alessis, que lá fôram pedir providencias contra os desoccupados que estacionam nas portas de botequins e restaurantes à rua General Osorio, promovendo algazarras, desrespeitando familias com gestos e palavras obscenas, durante todo o dia e até tarde da noite.

O dr. delegado de policia vai attender a justa reclamação, procurando expurgar esta cidade desses parasitas perigosos.

Naturalmente encontrará o mais decidido apoio da parte de todas as pessoas sensatas.²²

Não era raro *A Cidade e Diário da Manhã* trocarem farpas, animosidade esta comum durante as décadas de 1910 e 1920; por isso, o artigo em resposta à crítica levantada pelo concorrente e reforçando a ojeriza do periodista e de seu jornal aos “vagabundos”. Tirante essas rusgas, a imprensa local mais manifestava simpatia por ações como as narradas antes do que ponderações contrárias ou reservas a tal caça aos vagabundos:

CAÇA AOS VAGABUNDOS

Ainda hontem o sr. major Antonio Alves, sub-delegado de policia, proseguiu na sua louvavel perseguição aos vagabundos.

O resultado, porém, foi quase nullo. Só se deixou *apanhar a preta Maria An-tunes de Britto*.²³

Entre as causas possíveis para a existência de uma considerável população de rua na Ribeirão Preto das primeiras décadas do século XX, deve-se levar em consideração as migrações favorecidas pelo fluxo de passageiros pela ferrovia e, certamente, do ponto de vista do trabalho, parte desse contingente é formado pela mão de obra semiocupada, sem vínculo com uma localidade permanente, sub-remunerada ou empregada em trabalhos manuais igualmente mal pagos. Quando

²² DIÁRIO DA MANHÃ. *Mendigos*. N. 3.899. Ribeirão Preto, 6 jun 1912, p. 1.

²³ *Idem*, 1912b.

desenraizado da vida ocupada e situada na localidade, esse contingente humano compôs a massa de pessoas que viviam nas ruas sobrevivendo de atividades temporárias lícitas ou consentidas, os pequenos biscates, ou de ilícitos, em geral de esmolas, além de furtos nos casos mais extremos, incluindo-se nesse grupo vários meninos e meninas. Essas são as características dos migrantes ou dos marginalizados enraizados na cidade que compunham a massa de trabalhadores braçais urbanos ou temporários rurais, pequenos criminosos e mendigos. Como se não bastasse, muitos imigrantes não melhoraram de vida, como imaginavam, quando vieram para a promissora cidade de Ribeirão Preto, por sua vez, indo compor o contingente de pobres e miseráveis. A exemplo do que ocorria na própria São Paulo, onde muitos imigrantes haviam desembarcado para “Fazer a América”, como afirma FAUSTO²⁴, “na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano”, de sorte que os “sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos”.

Paradoxalmente, exceto para a lógica do capital, enquanto a curva dos gráficos de acúmulo de riquezas registrava mais altas do que baixas, aumentava a distância entre a riqueza e a pobreza no complexo cafeeiro, conforme a expressão de Beiguelman²⁵ que designa as principais zonas produtoras da Primeira República e a capital paulista. Um sinal dessa distância entre riqueza e pobreza é o aumento do custo de vida nas cidades, inclusive nas do interior, como Ribeirão Preto, e a consequente condição de penúria dos mais pobres. A presença de mendigos de todas as idades cresceu em Ribeirão Preto, na mesma medida em que cresceu o incômodo do restante da sociedade com os pedintes.

A presença de andarilhos, mendigos, pessoas sem ocupação definida, aventureiros e vagantes era tão comum nas ruas de Ribeirão Preto a ponto de ficar inscrita em certas memórias da cidade ao lado, inclusive, da pressão reiterada da polícia sobre essa mesma população de rua. Dois dos memorialistas ribeirão-pretanos mais conhecidos, Prisco da Cruz Prates²⁶ e Rubem Cione²⁷, incluem entre os personagens reais de suas reminiscências, que tomam por narrativa histórica,

²⁴ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 20..

²⁵ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. 3^a ed. São Paulo: Edusp, 2005.

²⁶ PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora*. Ribeirão Preto: s. n., 1956.

²⁷ CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997, 5 v.

os mendigos, de tal forma que alguns deles são lembrados pelo nome e descriptos como figuras pitorescas, a exemplo do Geraldo, do Chico Louco, da “Pé de Anjo” e do Henrique Louco. Ainda que lembrem primeiro dos mais peculiares, não escapa aos memorialistas o fato de que os mendigos afluíam para Ribeirão Preto. Prates (1956, p. 23) narra que uma “chusma de pedintes e mendigos invadia a cidade”, exercendo sua atividade “solicitando óbulos aos passantes para a sua manutenção”.

Além da “caça”, a polícia local exercia outros meios de controle da mendicância. Desde 1910, mendigar era atividade dependente de autorização da delegacia de polícia:

A MENDICÂNCIA

Continua na delegacia de polícia, segundo as determinações do dr. Mamede da Silva, recentemente publicados em editaes, a distribuição de chapas nos mendigos residentes nesta cidade.

Até hontem, haviam sido fornecidas 29 chapas.²⁸

Para aqueles reconhecidos pelos delegados de polícia como necessitados, era entregue uma placa que conferia ao possuidor a licença para esmolar. Por esse ato, anunciado em edital como lembra a nota, ora a polícia ensaiava tutelar, quando não, caçava os vadios com a ressalva de permitir pedir apenas aqueles que exibissem as placas e fossem devidamente registrados como mendigos na delegacia.

Por sua vez, meninos e meninas avolumavam a população de rua da cidade:

CRIANÇAS ABANDONADAS

Constantemente, umas vezes nas primeiras horas da noite e outras pela madrugada, comparecem a esta redacção meninos pobres que, se achando em completo abandono pelas ruas, vêm pedir agasalho para dormir.

Noticiando a desoladora e perigosa situação dessas infelizes crianças não temos o intuito de fazer alarde de sentimentos nobres, pois é do mais comesinho dever de caridade dar abrigo aos abandonados muito principalmente crianças.²⁹ (*A CIDADE*, 1911, p. 1)

Os apelos como esse se alternam no *Diário da Manhã* e n’*A Cidade*, ora em tom humanitário, outras vezes em defesa da ordem pública. Mas, característica comum a ambos, a crônica publicada neles demarca um fato: a presença de

²⁸ A CIDADE. *A mendicância*. n. 1.766. Ribeirão Preto, 21 set 1910, p. 1.

²⁹ A CIDADE. *Crianças abandonadas*. n. 2.041. Ribeirão Preto, 27 ago 1911, p. 1.

meninos e meninas nas ruas é uma constante. Acrescente-se, igualmente, que os menores fazem parte do contingente de miseráveis que formam as fileiras de pedintes pelas ruas, não custa reiterar. E, igual aos adultos, estavam sujeitos ao escrutínio policial.

Desde que fora tornada prática corrente, a afamada placa era exigida dos pedintes e, quando usada indevidamente, mesmo por menores de idade:

Mendigo sem o Ser

Um menor que herdou de seu pai uma chapa de mendigo, a de numero 28, continuou no mister de pedir esmola, principalmente em Santa Thereza, onde cometia actos improprios de um <<mendigo>>, tornando-se mesmo o seu procedimento intoleravel, pelo que o chefe daquella estação se queixou á policia. A chapa foi aprehendida e o menor reprehendido.³⁰

O “Mendigo sem o ser”, não é demais destacar, é um menino que “herdou” a placa do pai e, uma vez regrada por ordem da polícia desde 1910, mesmo para mendigar, essa era uma herança indevida, pois é o delegado quem concedia tais placas para que os pedintes fossem autorizados pela polícia a esmolar em Ribeirão Preto³¹. Esse uso não era novidade, pois antes outro menino virou notícia como o “Mendigo preso”, ocasião em que o jornal informou a seus leitores que em “Cravinhos foi hontem preso o menino Paulo, que ali mendigava sem a exibição da competente chapa”³².

Acompanhando a constância com que a menoridade se torna objeto de opinião e personagem da crônica nos jornais ribeirão-pretanos no período que pesquisamos, é igualmente permanente o emprego de adjetivações como “gatuno”, “ladrão” e “larápio”, combinadas com a identificação racial de “preto”, “pretinho”, “pardo” e “pombinhos pretos”. Usar termos como esses para identificar pela cor da pele era uma prática que os periodistas dos dois jornais locais pareciam ter como habitual e, por isso, normal, a exemplo dessa notícia:

³⁰ DIÁRIO DA MANHÃ. *Mendigo sem o ser*. N. 4.338. Ribeirão Preto, 13 dez 1913, p. 1.

³¹ Os citados memorialistas ribeirão-pretanos reforçam a existência dessa prática e reiteram que, conforme a regra, era obrigação dos pedintes registrarem-se na polícia e retirarem a placa de “mendigo”. Ainda de acordo com Prates (1957) e Cione (1997), e como pudemos apurar na pesquisa nos jornais, a ideia desse tipo de controle pode ser atribuída ao delegado Mamede da Silva, que colocou em vigor essa medida por volta de 1910.

³² Diário... 1912, *citado*.

PELA POLÍCIA

Pelas 10 horas da noite de hontem, andava por sob a chuva que cahia e completamente a descoberto, em um estado de lastimosa embriaguez, em frente ao jardim uma negra maltrapilha que tinha nos braços uma creançinha clara, a que chamava de filha. E a negra cambaleava inspirando a todos dó e horror aquelle quadro.

Um transeunte condoído da triste sorte da infeliz creancinha foi dar parte do caso a nossa Policia, que imediatamente mandou buscar os miserios.

Se a negra é de facto mãe da creancinha clara, é o caso de se nomear tutor a esta.³³

Na galeria das adjetivações incluem-se, ainda, as de nacionalidade como “italiano” e “português”, associadas a indicações etárias, a exemplo de “rapaz”, “rapazola” e “moçoila”, dentre outros qualificativos, aplicados ao texto como marcadores dos sujeitos cujos feitos são noticiados.

Não bastassem esses adjetivos, a palavra “menor” é o definidor por exceléncia de quem consta da crônica social e/ou policial, por vezes especificado por acréscimos como “menores larápios”, “gatunos precoses”, “menor de maus instintos”, em razão da situação ou fato no qual estão implicados menores de idade.

A adjetivação demarca a característica, a origem social e étnica e precisa a idade, a falta/delito e o gênero, enquanto que a prática de noticiar os fatos, de narrá-los imiscuindo a opinião na narrativa, realiza a captura dos acontecimentos, porquanto as palavras escolhidas pelo narrador/periodista tipificam os indivíduos e as situações. Essa operação estrutura o diário das pequenas e grandes violências, dos crimes, das transgressões, enfim, dos eventos da vida cotidiana registrados pelo jornal e contados ao público.

Ainda que sob essa forma de noticiar, a frequência com que os delitos, os pequenos crimes e as variadas espécies de transgressões estão presentes nos jornais assegura que eles fazem parte da vida cotidiana em Ribeirão.

Entre os vários textos jornalísticos levantados durante a pesquisa, sobressaem os casos de violência sexual. Quando estudados mais detidamente, alguns dos supostos casos de violência sexual, nomeados de defloramento, indicam tratar-se de arranjos ou mesmo combinações entre rapazes e moças, às vezes o de sexo masculino alguns anos mais velho, com o propósito de consumar, pela via

³³ A Cidade. *Pela polícia*. N. 2.394. Rio Preto, 26 mar 1912, p. 1.

da relação sexual, o casamento. Devido a algum impedimento, não podiam fazê-lo livremente, tendo de lançar mão de recursos como um quase delito de rapto ou um duvidoso defloramento. Em outras ocasiões, a fim de reparar o pudor e a honra da família, em razão de relações sexuais havidas entre moças e rapazes tidos como “sedutores” ou “aproveitadores da ingenuidade”, o casamento era a saída imposta para reincorporar os faltosos e seus familiares à moralidade vigente, com o adicional de mitigar a vitimização sexual das moças sem necessariamente demandar sanções ao rapaz ou homem aproveitador e/ou perpetrador. Desse modo, para todos os casos, o casamento compulsório era o recurso reparador ao qual a família, geralmente das moças e apresentando-se como parte ofendida na queixa à polícia, e, se fosse o caso, ao judiciário, recorriam à autoridade policial e aos juízes.

Por vezes, os próprios implicados admitiam pretender o casamento:

Notas policiaes

Antonio Spinelli, italiano residente nesta cidade, raptou a menor Maria Benedicta dos Santos.

Chegando este facto ao conhecimento da polícia, foram raptor e raptada chamados a presença do delegado de polícia, declarando ambos desejarem contrair matrimónio pelo que foi officiado ao Juiz de Paz afim de providenciar sobre o enlace matrimonial dos dois pombinhos.

O casamento realisou-se hontem às 5 horas da tarde.³⁴

Se não por esse exato motivo, recorriam à autoridade policial a fim de obter o favor de um casamento sem custos:

POMBINHOS PRETOS

Apresentaram-se hontem ao dr. delegado de polícia os pombinhos pretos Quintino Rodrigues e Anna dos Santos, afim de se unirem pelos indissoluvels laços do matrimónio e com o auxilio da polícia, que fica mais barato.

o dr. Mamede mandou-os recolher aos baixos da delegacia e deu as precisas providencias para que hoje possam ser satisfeitos os seus desejos.³⁵

No noticiário, permanece a ambiguidade inerente a essa prática, pela qual rapazes e moças incorrem inicialmente em uma falta, condenada moralmente, e, com o casamento, reparam uma situação de vergonha, bem como mitigam o efeito de exposição de si e da família. Acrescente-se que em certas situações esse

³⁴ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 9. Ribeirão Preto, 10 jan 1905, p. 2.

³⁵ A CIDADE. *Pombinhos pretos*. N. 3.259. Ribeirão Preto, 12 dez 1914, p. 1.

era um recurso extremo daqueles que não contavam com o consentimento dos pais, uma vez que, depois de deflorada uma garota menor de idade, poder-se-ia reparar a falta casando-se com ela, mesmo contra a vontade paterna. Em *Crime e cotidiano*, Fausto³⁶ explicou o caráter compensador inerente a esse teatro no qual os casais, ou as famílias, prestavam contas da relação sexual perante a autoridade policial a fim de tornar “público um ato íntimo praticado com desrespeito às normas sociais”.

Em comparação com a análise de Fausto³⁷, nota-se que essa maneira de contrair matrimônio não é recorrente apenas em Ribeirão Preto, mas em cidades maiores à época, como São Paulo, pois os “queixosos vão à polícia em busca de um casamento – final de uma história que, pelo menos na aparência, reintegra comportamentos inadequados no mundo da ordem”.

No entanto, conforme observado nos autos e artigos que analisamos, o chamado “defloramento” não acontece apenas com o objetivo de ensejar casamentos outrora desautorizados, por quanto também designa *stricto sensu* o ato de violência física e sexual contra crianças e jovens de ambos os sexos. Nesse mesmo ambiente em que o defloramento sela uma união conjugal reparadora, há vários outros casos em que o episódio narrado é um crime sexual de fato, tal como no artigo do jornal *A Cidade*³⁸, nas “notas policiais”, que retratam uma tentativa de “defloramento” de uma criança de 4 anos:

Foi remetido ao dr. Promotor Publico por intermédio do dr. Juiz de Direito o processo em que é indiciado Phellipo Pieroni, como autor da tentativa de defloramento na pessoa da menor Paschoalina Mantovani, de 4 annos e meio de idade e filha de Baptista Mantovani, morador á rua Florêncio de Abreu nº 55.

Há, também, outra notícia semelhante em 1915:

MANDADO DE PRISÃO

Pelo sr. dr. Elyseu Guilherme, juiz de direito da comarca foi expedido mandado de prisão contra Raphael Marascia pelo crime de defloramento na menor Maria Megua.³⁹

³⁶ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 224.

³⁷ *Idem.*

³⁸ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 23. Ribeirão Preto, 27 jan 1905, p. 1.

³⁹ A CIDADE. *Mandado de prisão*. N. 8.277. Ribeirão Preto, 5 jan 1915, p. 1.

E as queixas de defloramento seguem nos anos seguintes:

DEFLORAMENTO

A menor Maria Buzan, residente á rua Capitão Salomão, 31, deu queixa á polícia contra Francisco Chéres, accusando-o autor de seu defloramento.

Chéres foi preso e será processado.⁴⁰

Nesses três casos, o defloramento não dá título a uma história ambígua que poderia resultar em um casamento reparador, em especial na história da criança de 4 anos, completamente fora desse recurso. Embora eufêmico nessas notas, o defloramento dá título a um caso de violência sexual. Por isso, os três passaram do inquérito policial a processo judicial.

Além das histórias de defloramento e de violência sexual, o mundo da menoridade ribeirão-pretana apresenta várias outras notícias sobre furtos, roubos, agressão, lesão por arma de fogo e mendicância, cuja característica comum é a presença de menores de idade no enredo dos episódios. Os textos nos jornais ribeirão-pretanos contam sobre pequenos delitos contra o patrimônio, sobre agressão ou mesmo violência física, além de serem numerosos no período entre 1905 a 1925, a ponto de instituírem um tipo peculiar de crônica devido à constância com que são publicados nesse tempo. Nessa crônica, por sua vez, os qualificativos para designar raça ou origem, a exemplo de “pretos” e “italianos”, são bastante usuais. Nas notas policiais não falta, também, “gatuno”, para precisar o criminoso praticante de crimes contra o patrimônio, a exemplo dessa notícia que combina as duas formas de qualificativos:

NOTAS POLICIAES

O Sr. Américo M. Gonçalves digno sub-delegado de polícia tão acertadas providencias deu que conseguiu não prender os auctores do audacioso roubo praticado em casa do sr. Dr. Guião, como aprehendeu todos os objectos roubados, que estavão dentro de um sacco escondido n’um matto perto da Santa Casa de Misericórdia.

Os gatunos estão sendo processados, e chamam-se Marcelino Quintino de Oliveira (preto) de 17 annos, e Sebastião Clemente (preto) de 19 annos, gatuno conhecido, (já cumpriu penna de 10 mezes por crime de roubo), Luiz Barboni, italiano de 16 annos. O sr. Cap. Raul Portugal, digno escrivão de polícia muito auxiliou na diligencia.⁴¹

⁴⁰ A CIDADE. *Defloramento*. N. 3.836. Ribeirão Preto, 19. Nov 1917, p. 2

⁴¹ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 18. Ribeirão Preto, 21 jan 1905, p. 1.

Os presos formam um grupo interessante, cujos participantes são rapazes negros e um italiano, algo próprio de uma cidade onde a imigração era ainda fato recente, afinal, pela via da inserção do estrangeiro desde fins do século XIX, somando-se à presença de população local estabelecida, e, ainda, em combinação com as migrações regionais, foi-se amalgamando a composição humana e social do lugar. As duas contagens da população, anteriormente citadas, projetam uma cidade com predominância populacional imigrante e majoritariamente italiana, sendo de 27.765 em 1902, ou, 52% dos habitantes da área urbana e rural do município. Já a contagem de 1912 revela um dado curioso ao separar a população por cor da pele: a população, conforme o que consta do censo patrocinado pela administração municipal, é majoritariamente branca, imigrante e assentada nas áreas rurais do município, com menor contingente no núcleo urbano.

Quadro 1: Dados da contagem de população de Ribeirão Preto em 1912

COR			
CIDADE			Somadas
MUNICÍPIO	Preta	762	
	Parda	163	
	Branca	17.807	18.732
	Preta	491	
TOTAL	Parda	180	
	Branca	38.817	39.488
			58.220

Fonte: Câmara... 1920, *op. cit.*, p. 76-77.

Pelos números da contagem de 1912 verifica-se, ainda, uma proporção considerável de crianças e adolescentes no cômputo total da população da cidade. Em que pese o fato de o número ser estimado, como reconhecido no relatório da administração municipal⁴², ainda sim, entre os mais de cinquenta e oito mil habitantes do município, em 1912, “havia 9.764 em idade escolar, isto é, de 7 a 12 annos de idade”⁴³. Se ampliadas as faixas etárias do recenseamento local e isolada a população do núcleo urbano, temos os seguintes números:

⁴² Câmara... 1920, *op. cit.*.

⁴³ *Idem*, p. 68.

Quadro 2: Faixas etárias apuradas pela contagem de população em 1912

CIDADE	IDADE	
	Menos de 1 anno	743
	De 1 a 6 annos	3.276
	Somma	4.019
	De 7 a 12 annos	2.966
	De 13 a 20 annos	3.450
	De 21 a 30 annos	3.204
	De 31 a 40 annos	2.306
	De 41 a 60 annos	2.300
	De 61 a 80 annos	400
	De 80 a 100 annos	31
	Total	18.732

Fonte: Câmara,... 1920, *Op. cit.*, p. 76-77.

Parte dessa população era alcançada pela escolarização formal, em um total de 4.474, ao passo que 5.190 não, ficando então “muito mais da metade sem recurso algum para aprenderem as primeiras letras”⁴⁴. Essa quantidade de crianças e adolescentes fora da escola faz supor a existência de um contingente possivelmente ocupado no trabalho precoce, a exemplo dos jornaleiros e dos carregadores da estação ferroviária:

NAVALHADA

Hontem, cerca de 3 e meia da tarde, próximo á estação da Mogyana, o carregador de numero 22, Pedro Manocci, com 15 annos de idade, tendo uma rixa com um pretinho, cujo nome não pudemos obter, este vibrou-lhe uma navalhada, produzindo um ferimento inciso na mão esquerda.

Pedro foi recolhido á Santa Casa. O offensor fugiu.

A policia tomou conhecimento do facto.⁴⁵

Quando não, poderiam estar ocupados no trabalho rural:

ESTUPIDO ASSASSINATO

Ante-hontem á tarde, na fazenda do Sr. Luiz de Queiroz Telles Junior, neste município, um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 annos de idade, assassinou estupidamente o preto João Rodrigues, de 30 annos, vibrando-lhe certeira facada no coração.

As testemunhas do facto narram-no do seguinte modo:

Manoel de tal achava-se bastante embriagado. Rapaz de índole perversa, impulsionado pelo álcool, encontran-se na “chave” com diversos colonos que ali aguardavam a passagem do trem, poz-se a provocar uns e outros, distribuindo ás mancheias isultos de toda especie, desafiando a todos.

⁴⁴ *Idem*, p. 69.

⁴⁵ DIÁRIO DA MANHÃ. *Navalhada*. Ribeirão Preto. 20 nov 1913, p. 1

João Rodrigues estava designado para ser a vítima de Manoel. Intervindo numa discussão travada entre o bahiano e um colono português que lhe estava ao lado a cavalo, Rodrigues foi infeliz, por que Manoel, que havia a si mesmo prometido essa manhã, que arrancaria a vida a um encheu-se de ira contra elle, vibrando-lhe varou o coração.

Quinze minutos apenas sobreviveu João Rodrigues ao mortal ferimento.

Deixa dois filhinhos e é viúvo.

O criminoso evadiu-se mal comprehendeu a hediondez do seu crime.⁴⁶

Sem desconsiderar a dramaticidade dos fatos, uma agressão com ferimentos e uma morte, as notas posicionam seus protagonistas em certos lugares sociais identificados pela ocupação exercida pelos participantes do enredo. Dos fatos noticiados, fazem parte um carregador de estação e outro que, ao que tudo indica, trabalha em uma fazenda, pois está entre colonos, assim como a vítima. Há, portanto, certa variação horizontal do pertencimento desses rapazes, meninos e meninas protagonistas dos fatos narrados às classes populares na cidade. Por variação horizontal, entenda-se que entre os menores há os que mendigam e, por isso, sua pobreza é mais absoluta que a de outros meninos, assim como existem os que exercem trabalhos precários, carregadores e jornaleiros, por exemplo, e outros que se incluem entre os trabalhadores da economia cafeeira, como os colonos. Em comum, todos pertencem às classes populares, sendo uns mais desvalidos que os outros, mas, ainda assim, pobres. Ademais, a prática de definir as pessoas pela cor da pele completa a construção dos estereótipos: o agressor do rapaz de nome italiano e carregador era “um pretinho, cujo nome não pudemos obter”, enquanto que o responsável por desferir o golpe mortal no “preto João Rodrigues, de 30 annos”, fora descrito como sendo “um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 annos de idade”.

No correr dos anos, o expediente dos qualificativos segue recorrente, como se lê na nota sobre um casal de “menores larápios”:

MENORES LARAPIOS

Perante o dr. delegado de polícia compareceram hontem o sr. Pilade Baiochi, que queixou-se à autoridade haver sido roubado em joias avaliadas em 400\$000. O queixoso accusou a sua creada menor Joanna Pierini, a qual agiu de acordo com Thomaz de tal, também menor.

Presos os pequenos larápios confessaram o roubo.⁴⁷

⁴⁶ DIÁRIO DA MANHÃ. *Estúpido assassinato*. N. 4.099. Rio de Janeiro, 6 fev 1913, p. 1.

⁴⁷ A CIDADE. *Menores larápios*. N. 2.472. Ribeirão Preto, 5 nov 1912, p. 1.

Há, pois, o “gatuno” precoce:

GATUNO PRECOCE

Foi preso hontem, às 18 horas, o menor Antonio Felippe, de 16 annos de idade, que ante-hontem, às 15 horas approximadamente, penetrou no estabelecimento commercial do sr. Felippe Capua, á rua Americo Brasiliense N. 114, dalli subtrahindo pequena quantia em dinheiro.⁴⁸

E, também, uma quadrilha de menores “larápios”:

UM QUADRILHA ORIGINAL

MENORES LARAPIOS

PRISÃO DE UM MEMBRO DA QUADRILHA

Desde alguns dias que, por estas columnas temos, despretenciosamente, feito observações com referencia ao abandono em que se acham muitos menores, não sómente aqui como em quasi todos os grandes centros.

Formulando esses commentarios, chamavamos a attenção dos homens de responsabilidade social para a solução immediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importancia.

Diziamos que era uma crueldade deixar á mercê da sorte, no vai-vem da vida esses menores, cujas aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida. Entretanto não esperamos que o repórter policial, no seu noticiario, registrasse um facto concreto, confirmando assim, infelizmente, o que aqui escrevemos.

Hontem, foi preso um menor de nome Gumercindo Zacharias, que, segundo ficou averiguado, faz parte de uma quadrilha de menores larápios.

Essa quadrilha de menores, que não deixa de ser original, desde alguns dias, vem “operando”, tendo já praticado varios furtos nesta cidade.⁴⁹

Além da notícia sobre a prisão do grupo de menores, há algumas constatações compatíveis com o modo como se explicava o problema dos menores à época: o abandono de crianças levava à delinquência porque eram deixadas “à mercê da sorte, no vai-vem da vida”. Essa era uma situação tão emergente que demandava providências imediatas para corrigir os delinquentes iniciantes e, por isso, a necessidade da “attenção dos homens de responsabilidade social para a solução immediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importância”; e que essa infância e juventude bem poderiam ser úteis ao país em razão do

⁴⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. *Gatuno precoce*. Ribeirão Preto, 26 jun 1914, p. 1

⁴⁹ A CIDADE. *Uma quadrilha original*. N. 4433. Ribeirão Preto, 24 fev 1918, p. 1.

seu trabalho, uma vez que suas “aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida”. Como elemento peculiar dessa nota, sobressai uma constatação já em 1918, ano dessa notícia: o abandono de crianças era questão ocorrente em Ribeirão Preto, assim como nos grandes centros de então.

Pensar o menor como um delinquente ocasional com potencial para ser o criminoso contumaz, caso não fosse corrigido, se tornou frequente desde o século XIX no Brasil. Os estudos históricos e sociais sobre esse tema, desde os anos 1980⁵⁰, pelo menos, reiteram essa tendência como sendo produzida ao longo da transição de século do XIX para o XX, bem como colocam juristas e médicos como os mais ativos entre os artífices dessa associação entre a infância pobre e abandonada e uma atribuída inclinação dela à delinquência.

Embora já constasse na legislação desde o Império, a exemplo do Código Criminal, as palavras “menor” e “menores” foram fortemente ressignificadas pela imprensa, pela polícia, pelo judiciário, pelos médicos, juristas e até mesmo por filantropos de sorte que, tanto no singular quanto no coletivo, este passa a ser o termo utilizado pelo aparato jurídico/institucional para designar a conjugação entre pobreza, criminalidade e abandono. Sendo pobre, infratora, por vezes abandonada, a infância coincidente com as aludidas condições que gestavam os menores emergiu como um perigo potencial para a ordem social estabelecida, pois, caso não fosse contida – leia-se disciplinada –, viria a ser o criminoso adulto. E, para conter e disciplinar, de acordo com Foucault⁵¹, a antropologia criminal e a criminologia

⁵⁰ Desde a década de 1980, entre os temas recorrentes nos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, certamente, as questões acerca dos menores, do abandono, da assistência e das instituições pontuam a lista dos objetos de estudo mais frequentes. Miriam Jorge Warde (Re-pensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, v. 25,n. 1, 21 – 39. Florianópolis, jan./jun. 2007) reforça essa constatação ao demarcar como momento produtivo dos estudos históricos sobre a infância o final dos anos 1980. Como resultado dessa tendência, a começar pela delimitação cronológica, a passagem de século entre o XIX e o XX ficou consagrada como momento de produção e afirmação de ideias sobre infância, moral, delinquência e abandono. Entre as referências que entendemos, sustentam tal tendência aquelas mencionadas no início deste artigo, com destaque para um estudo dos anos 1980, no caso de Fausto (*Op. cit.*), além de outros da década de 1990, a exemplo de Alvarez (*Op.cit.*), Frontana (*Op.cit.*), Greive e Veiga (VEIGA, Cynthia Greive, FARIA, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999) e Vianna (*Op. cit.*), sem excetuar Marcílio (*Op. cit.*) que, tirante o perigo das generalizações, ainda ocupa o posto de obra referencial.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalhete. 36^a ed.

introduziram as infrações no campo dos objetos suscetíveis de conhecimento científico, justificando “a punição legal ao indivíduo e não mais às suas infrações, ou seja, não punir a ação, mas o sujeito, por aquilo que ele é e pelo que pode vir a ser”, ou seja, a menoridade enquanto o devir da criminalidade.

Para consolidar a capacidade de designar uma determinada versão da infância, bem como firmar seu campo semântico, do ponto de vista jurídico, o termo menor foi encorpado, ainda, pela noção de abandono material e moral. Conforme essa noção de abandono, as crianças poderiam ingressar na menoridade tanto em razão da pobreza como devido aos desvios morais adquiridos no convívio com adultos em meios viciosos.

Por sua vez, nos textos dos jornais ribeirão-pretanos levantados durante a pesquisa, é observável a coincidência de argumentos. Ao pugnarem pela resolução do problema de meninos mendigos, abandonados e delinquentes, os periodistas do *Diário da Manhã* e *A Cidade* usam expressões e jargões em voga quando se tratava de colocar menores no noticiário, com o adicional de indicarem soluções institucionais muito parecidas àquelas reivindicadas por reconhecidos menoristas de então, a exemplo do paulista Cândido Mota, que, já em 1897, dava seu parecer acerca de meninos nas ruas de São Paulo:

Ninguem encara com seriedade o futuro desses individuos, ou antes ninguem se apercebe do futuro negro pelo crime que ameaça a nossa sociedade.

Temos aqui, para não citar o *Bocca torta*, o *Frango amarello*, o *Girafa*, o *Mulatinho*, todos de idade inferior a 15 annos, o célebre *25 Reis*, menino de 12 annos, muito bonito, intelligentissimo, de uma actividade rara, de uma loquacidade que espanta, e que é ao mesmo tempo o mais ousado dos gatunos.⁵²

Já em 1910, o jurista Alfredo Vieira Pinto de Melo, em discurso na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, transscrito na revista *O Direito*, de modo coerente à lógica do abandono material e moral, apesar de fazer concessão à pobreza, pontificava sobre a necessidade de:

evitar que o pauperismo irrompa como um flagello economico, melhorar a situação das classes menos favorecidas da fortuna, e finalmente afastar por um conjunto de medidas de verdadeira *prophylaxia* social as causas determinantes da criminalidade.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 23.

⁵² MOTA, Cândido N. N. da. *Classificação dos criminosos*. São Paulo: Typ. a vapor Carlos Gerke e Cia., 1897. Dissertação para o concurso à vaga de lente substituto da 5^a secção (direito criminal), p. 20.

Felizmente, os governos já sentem a forte impressão desses males, entre os quais, devo destacar o abandono em que se acham milhares de crianças, condenadas ao mais lamentável estado de degeneração pela influência deleteria de um meio impuro.⁵³

Assim como a menoridade também é produzida na urbe interiorana, as ideias sobre menores surgem nos textos dos jornais ribeirão-pretanos, assimelando-se aos esquemas explicativos correntes nos círculos jornalísticos da capital paulista e, também, dos pronunciamentos dos menoristas. A conjugação de elementos como abandono-pobreza-meios viciosos-indisciplina-delinquência fornece as palavras-chave desse esquema explicativo. Essa é, inclusive, a trajetória que as crianças perfazem até a iniciante delinquência e/ou a confirmação na criminalidade. Por isso, a licença que os periodistas ribeirão-pretanos conferem a si para emplacar aos personagens das histórias noticiadas os qualificativos de “rapazola de maus instintos”, “gatuno precoce” e “quadrilha de menores larápios”. Acrescente-se a essa forma de definir as pessoas o rarefeito tratamento igualitário dos jornais sob o ponto de vista da cor da pele: a sua autoatribuída licença para adjetivar incluía tomar afro-brasileiros e suas histórias por “pombinhos pretos”, “negra maltrapilha”, “mulatinho” e “pretinho”.

Por comparação, menoristas como Cândido Mota são mais sofisticados na argumentação, sem incorrerem em adjetivações raciais preconceituosas, ao passo que, considerando a diferença de posição e atividade, os jornais ribeirão-pretanos, ao menos nos artigos que arrolamos, não praticam a própria censura ao tipificar alguém pela cor da pele. Tirante essa diferença, a solução para o problema dos menores vislumbrada para a cidade confere com aquela freqüentemente proposta para os menores: instituições de tutela e correção.

A questão fora posta em 1913 no editorial do *Diário da Manhã*, assinado por Enéias da Silva, coproprietário do jornal: Ribeirão Preto tinha seus menores, o abandono e a delinquência e nada além da polícia para fazer frente ao problema. Sequer um orfanato.

Então, para resolver o problema:

⁵³ MELO, Alfredo P. V. de. Menores abandonados e menores delinqüentes: conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. *O Direito*, ano XXXVIII, V. 113, set./dez. 1910, p. 25.

Há tempo venho acariciando a ideia de congregar os bons elementos desta cidade ou deste município para fundação de um estabelecimento ou de um instituto de protecção à infância abandonada, às creanças de um e de outro sexo, atiradas pela miséria ou pelo abandono dos Paes no vórtice da perdição.⁵⁴

Havia precedentes do intento de instituir na cidade um estabelecimento dessa natureza:

Há poucos dias, na sede da «Recreativa», na palestra, entre homens de senso moral elevado, feri novamente o assumpto. Tive ensejo de estender-me sobre considerações de ordem econômica e reputadas indispensáveis para a viabilidade da ideia. Entre outras, salientando-a como a primeira, a mais importante, a creadora, por assim dizer, do intuito, o aproveitamento da «Chacara Antunes», propriedade do município, e até hoje inaproveitada, a não se sabe de futuro que destino possa ter. Chacara esta que seria um optimo logar para a fundação do estabelecimento a que me venho referindo.

Sabe-se que a Camara Municipal adquiriu aquella Chacara com o fim de doal-o ao Governo do Estado, se este ali estabelecesse um instituto disciplinar. Infelizmente não dotaram o Ribeirão com esse estabelecimento de protecção aos menores desamparados.

Razão bastante para que a nossa Camara Municipal corra agora em auxilio da ideia -objecto destas linhas, aproveitando a «Chacara Antunes» para essa obra de inadiável, execução, obra meritória, e que virá attestar os nossos sentimentos altruísticos, a mesmo tempo patrioticos; pois preparando a infancia, fasendo dessas creanças que por ahi vivem ao desamparo, bons cidadãos e boas donas de casa, distintas mães de família, teremos feito um serviço de verdadeiro patriotismo.⁵⁵

Nos antecedentes dessa proposta constam as tratativas ensaiadas para trazer a Ribeirão Preto um dos institutos disciplinares que o Estado paulista mantinha à época. Desde 1903, quando o primeiro foi estabelecido na capital, até 1911 o Estado contava com três institutos disciplinares, sendo um em São Paulo, outro em Taubaté e o terceiro em Mogi-Mirim. O trio representava o típico reformatório de então: recebiam seus internos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem do judiciário; organizavam suas rotinas a partir do trabalho, ao qual os internos estavam obrigados; e, após um percurso institucional, liberavam seus tutelados

⁵⁴ SILVA, Enéias de. Pela infância abandonada. *Diário da Manhã*.n. 4.079. Ribeirão Preto, 12 jan 1913, p. 1.

⁵⁵ *Idem*.

com a pretensão de tê-los regenerado. Quanto aos internos desses institutos, o contingente tinha de abandonados a delinquentes⁵⁶.

Assim como nas justificativas que levaram Cândido Mota a propor um instituto educativo em 1900⁵⁷ e que, mais adiante, resultou no Instituto Disciplinar do Tatuapé, o trabalho é o instrumento determinante para regenerar quando o articulista ribeirão-pretano pensa na instituição ideal para os abandonados material e moralmente.

E como não ver vantagem num tal estabelecimento em Ribeirão Preto, afinal:

Quantos beneficiários virá elle traser a esta terra! Quantos crimes virá evitar!
Quantas almas bôas virá colher e libertar das cadeias do vicio!
Quantas lagrimas virá enxugar! Quantas difficultades resolver para o bom andamento da machina social emperrada neste particular, por absoluta falta de um instituto dessa natureza!⁵⁸ (SILVA, 1913, p. 1)

Era o que propunha o articulista: a assistência na versão institucional.

Considerações Finais

Quando vistas em conjunto, essas notas policiais oferecem mostras das relações violentas existentes na cidade. Contam como exemplos os casos de violência sexual, os desfechos dos furtos malsucedidos, a “caça aos vagabundos” promovida pelos delegados de polícia, o controle da mendicância (enquadrada como atividade) e a abordagem áspera dos periodistas em seus textos sobre os delitos e seus praticantes e sobre o desrespeito à ordem pública. Ademais, a maioria dos autores desses crimes é pobre, basta lembrar a “creada menor” acusada de furtar joias, os “menores em abandono”, os meninos mendigos e os “gatunos preoces” que, embora não sejam poupadados da grandiloquência dos periodistas, são autores de pequenos delitos causadores de efeitos igualmente pequenos.

Os periodistas ribeirão-pretanos adjetivavam fortemente seus textos para que o ato de noticiar situasse cada qual em seus lugares: negros, imigrantes, de-

⁵⁶ FONSECA, Sérgio César de. *Op. cit.*

⁵⁷ MOTA, Cândido N. N. da. *Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo.* São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1909.

⁵⁸ SILVA, Enéias da. *Op. cit.*

socupados, pobres, menores, mendigos, mulheres e crianças. O lugar conferido a cada um nas notas corresponde, por sua vez, à projeção da sociedade local elaborada pelo texto desses periodistas, para quem os sujeitos adjetivados são a parte defectiva de uma cidade ainda se fazendo no começo do século XX.